

Sumário Executivo

Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis de Bogotá, Colômbia

As descobertas feitas graças às estatísticas oficiais mostram que a maioria das trabalhadoras e trabalhadores dos países em desenvolvimento ganha a vida na economia informal. O Estudo de Monitoramento da Economia Informal (EMEI) é um estudo qualitativo e quantitativo criado para avaliar a realidade dessas pessoas. Com as informações coletadas em uma pesquisa realizada ao longo de três anos, o EMEI tem o objetivo de oferecer evidências confiáveis e sólidas sobre a diversidade das forças motrizes - positivas e negativas - que afetam as condições de trabalho na economia informal ao longo do tempo. O estudo tem como foco de análise as pessoas que trabalham no setor informal e suas organizações.

A pesquisa em Bogotá

Em Bogotá, a pesquisa do EMEI foi realizada com organizações de base que fazem parte da Asociación de Recicladores de Bogotá - ARB (Associação de Catadores de Bogotá, tradução livre). As duas variáveis utilizadas para selecionar a amostra de 152 trabalhadores informais foram: 1) sexo; e 2) fonte dos materiais. A última, por sua vez, foi dividida em coleta em pontos fixos e coleta nas ruas. Para o componente quantitativo da pesquisa, todos os participantes responderam um questionário, enquanto para o componente qualitativo, 75 pessoas participaram de 15 grupos focais. Também foram realizadas três entrevistas com pessoas específicas da ARB e de associações industriais relacionadas à reciclagem, com o intuito de investigar mais profundamente alguns dos temas que surgiram na pesquisa.

A população usada para a amostra tinha a seguinte composição: 52% delas eram mulheres e 48%, homens. De acordo com as informações do estudo, vários dos domicílios das pessoas entrevistadas tinham um alto nível de dependência do emprego informal (71%). No entanto, os domicílios das mulheres dependem mais do trabalho informal do que os dos homens (73%).

Da amostra, apenas uma pequena porcentagem havia concluído o ensino médio (9% dos homens e 6% das mulheres), o que evidencia limitações para o acesso desse setor à educação ou para alcançar níveis de escolaridade mais altos. O estudo destaca a vulnerabilidade dos catadores para obter seus meios de sustento e para responder aos desafios derivados das forças motrizes negativas que atrapalham sua profissão.



Descobertas da pesquisa de Bogotá

Durante a pesquisa, os catadores identificaram e classificaram os fatores que favorecem ou atuam contra seus meios de sustento. De acordo com as informações obtidas com os questionários e grupos focais, a ARB, como organização de base (OB), desempenha um papel essencial na luta pela defesa dos direitos dos catadores e pelo reconhecimento do trabalho que realizam, assim como dos benefícios que esse trabalho gera para a sociedade como um todo e para o meio ambiente. Ela representa um foco de união para os catadores. Os laços com outros grupos ou instituições, por exemplo, com o Tribunal Constitucional da Colômbia ou, mais recentemente, com os outros agentes da cadeia de reciclagem que participam do Pacto Gremial Reciclador (“Pacto Conjunto de Reciclagem”, tradução livre), têm sido importantes para a luta por seus direitos, sobrevivência, permanência na atividade e pelo reconhecimento do setor. Os catadores também falaram do apoio que têm recebido de outras organizações para o desenvolvimento de suas competências.

As forças motrizes que agem contra o trabalho dos recicladores são, principalmente, aquelas relacionadas aos laços com governos locais e/ou nacional e suas políticas e práticas, além das dinâmicas da cadeia de valor.

Políticas e práticas dos governos locais e/ou nacional

Os catadores que participaram do estudo, tanto no questionário quanto nos grupos focais, destacaram a importância que o Tribunal Constitucional teve para reverter a exclusão sofrida pelos catadores e o papel que desempenhou na defesa de seus direitos e de sua profissão, especialmente as ações realizadas para garantir a eles o acesso a licitações públicas. As decisões do Tribunal Constitucional, ocorridas devido ao trabalho constante de *advocacy* da ARB e sua visão conjunta nas demandas de reconhecimento econômico de seu valor e status como trabalhadores, permitiram que o trabalho dos catadores começasse a ser reconhecido pelo governo local de Bogotá e pela Unidade Administrativa Especial de Serviços Públicos (UAESP) através do Decreto 564, de 2012.

Tal reconhecimento é ilustrado pelo sistema de pagamento pelos serviços prestados pelos catadores do serviço público de limpeza nas atividades de coleta, transporte e incentivo ao aproveitamento, criado pelo governo local em março de 2013, havendo beneficiado, até outubro, 2300 catadores entre os quase 14 mil identificados no censo. No entanto, as descobertas dos questionários e dos grupos focais mostram que os catadores ainda sentem que a luta deve continuar, já que a maioria das instituições governamentais tem uma tendência a privatizar os serviços e às empresas privadas como prestadoras de serviços, especialmente aquelas ligadas ao governo, e que as regulamentações excluem-nos e não são fáceis de entender. Eles destacam, no entanto, que tal exclusão das políticas e regulamentações teve como resultado uma maior organização dos catadores e a criação de alianças com grupos com os quais não tinham boas relações, como o caso do Pacto Gremial Reciclador.

Os participantes do EMEI também expressaram sua preocupação com os custos proibitivos enfrentados caso desejem firmar contratos com o governo local ou com empresas, que incluem o registro no órgão fiscal



foto: J. D. M. Mulford

e o cumprimento das regulamentações vigentes para empresas (por exemplo, a emissão de faturas, contribuições para a seguridade social, etc.). Além desses custos, os participantes do estudo afirmaram que também enfrentam outros tipos de custos para garantir o acesso aos materiais recicláveis: os chamados “favorzinhos”. Eles são pagos em serviços, bens ou dinheiro, e são exigidos pelos administradores das fontes de materiais recicláveis antes de dar aos catadores acesso aos mesmos. Um participante comentou que “a maioria dos administradores diz que em troca temos de lavar canecas, tênis e (os catadores têm de pagar) 15%”.

Além disso, eles também disseram que são discriminados pelas autoridades e pela sociedade em geral, sendo vistos como agentes que operam fora da lei e que são criminosos, por serem pobres. Essa percepção negativa age contra o reconhecimento das contribuições dos catadores, além de promover abusos por parte das autoridades e de outros agentes da cadeia de valor.

Dinâmicas da cadeia de valor

No que se refere às dinâmicas da cadeia de valor, o EMEI identificou elos entre esses trabalhadores informais e a economia formal, já que vários dos agentes e beneficiários da cadeia fazem parte da economia formal: 98% dos participantes da pesquisa mencionaram que têm como clientes empresas formais de venda de materiais, enquanto apenas 37% deles falaram de compradores em negócios informais.

Além disso, a cadeia de valor da reciclagem está imersa em dinâmicas mundiais e, portanto, é afetada por forças macroeconômicas. Algumas das forças macroeconômicas mencionadas que afetam negativamente a população de catadores foram: a contração das economias dos EUA e Europa; uma concorrência maior causada pelas políticas de abertura comercial; e a entrada em vigor do acordo de livre comércio com os EUA. Todas elas afetaram negativamente o mercado de materiais recicláveis, criando uma forte flutuação dos preços. Tal instabilidade foi identificada pelos participantes no EMEI como um dos fatores que os afeta de maneira significativa, já que são obrigados a multiplicar

esforços para manter a receita e/ou reduzir seus gastos, inclusive com alimentos.

Porém, o acesso aos materiais recicláveis foi a principal preocupação dos participantes do estudo. Os catadores que trabalham na fonte dos materiais afirmaram ter maior segurança quanto ao acesso, em comparação com os catadores que trabalham nas ruas. No entanto, uma das descobertas dos grupos focais foi a de que a diferenciação entre esses dois grupos não é definitiva, já que os catadores alternam entre a coleta na fonte e a coleta nas ruas durante os finais de semana, dias em que não coletam na fonte ou para complementar sua receita.

Mesmo para quem trabalha em fontes fixas, a garantia de acesso não existe. Um dos principais motivos citados é o aumento da concorrência por materiais recicláveis devido à entrada de novos agentes. Tal aumento na concorrência é explicado pelo aumento do desemprego, por pessoas deslocadas pelo conflito armado e pela entrada de empresas privadas no ramo da reciclagem. Adicionalmente, eles também destacaram o fato de que com o estabelecimento de rotas de coleta de resíduos, acabam competindo pelos resíduos com empresas privadas de limpeza.

Como resposta às dificuldades anteriores, esse grupo de catadores descobriu a mobilização social e a defesa política como o caminho democrático para discutir e posicionar suas lutas. A ARB também destacou o estabelecimento de alianças com diversos agentes nacionais, internacionais e, mais recentemente, agentes da cadeia de valor da reciclagem.

Outro foco de ação da ARB foi o desenvolvimento de competências através de processos de certificação e apoio para profissionalizar a atividade. E eles também promovem o fortalecimento institucional das organizações associadas. Tudo isso serviu para posicionar a ARB como interlocutora com diferentes entidades de tomada de decisão nos níveis local e nacional na busca pelo reconhecimento, termos mais igualitários, como operadores do serviço público de limpeza no manuseio de resíduos sólidos, e como importantes agentes na atenuação dos problemas ambientais.

O conjunto de medidas tomadas de modo institucional criou um capital social e humano que é essencial para superar as dificuldades e os filtros de participação na cadeia de valor e na elaboração de leis, além de permitir redefinir em termos mais positivos os elos entre os catadores e as autoridades, e entre eles e a sociedade como um todo.

Recomendações para políticas e “incidencia”

O relatório apontou que entre as principais forças motrizes negativas que afetam os meios de sustento dos catadores estão: a falta de certeza no acesso aos materiais recicláveis e as flutuações nos preços de mercado desses materiais, além da recusa das autoridades em reconhecer o valor do serviço prestado pelos catadores. Além desses problemas, algumas das pessoas que participaram do questionário também destacaram a perseguição policial e os custos enfrentados pelos catadores ao realizar seu trabalho. E também mencionaram que tinham de comprar suas ferramentas de trabalho e que a comunidade não separava seus resíduos adequadamente. A discriminação sofrida por



foto: J. D. M. Mulford

eles da comunidade em geral também foi identificada como um dos principais problemas.

A maioria das pessoas entrevistadas também afirmou que as políticas e práticas do governo representavam uma força negativa, já que exercem pressão para excluir os catadores de sua profissão, e os processos de licitação, com os quais a política pública se protege, não são transparentes. No caso das regulamentações, além de não serem fáceis de entender, elas determinam o quanto realmente é possível desenvolver a profissão. A crescente onda de privatização dos serviços de gestão de resíduos sem que se proteja o setor tradicional dos recicladores também ocupou uma das primeiras colocações entre as forças negativas.

Para resolver esses problemas, não são necessárias políticas abrangentes que vão além do escopo deste relatório. No entanto, a seguir estão enumeradas algumas das recomendações relacionadas a políticas para a cidade.

- Assim como as decisões do Tribunal Constitucional da Colômbia instruíram uma mudança na compreensão e soluções do problema público dos resíduos que introduziu o reconhecimento dos catadores como gestores da reciclagem, tal reconhecimento deve permear todas as políticas públicas relacionadas a gestão de resíduos.
- O foco da política pública deve garantir os seguintes aspectos como eixos estruturais: acesso garantido e seguro aos materiais e recicláveis; segurança na permanência dos catadores na profissão; apoio para o crescimento na cadeia de valor; e reconhecimento do pagamento por serviços de limpeza e ambientais, que devem ser garantidos exclusivamente para os catadores de profissão de acordo com as decisões de proteção obtidas nos tribunais e efetivando a aplicação dos autos do Tribunal Constitucional da Colômbia. A última deu amparo e proteção à profissão, além de ditar medidas vinculativas para as instituições governamentais, para que sejam realizadas as ações relevantes do reconhecimento e da inclusão social, técnica e econômica.

- Nesse sentido, a materialização da política deve contribuir para o estabelecimento de um esquema de operação do serviço de reciclagem desenvolvido por seus agentes tradicionais e naturais na cadeia de valor, com o intuito de promover ações que os tornem visíveis e ações de medição que permitam conquistar um maior nível de formalização gradativa da profissão, assim como determinar o caminho da modernização até a adaptação do sistema de limpeza pública para modelos cada vez mais organizados nos aspectos social e técnico, que sejam consistentes com o padrão regulamentar e com a promoção do modelo de cidade proposto no projeto Lixo Zero como plano de governo da Administração Distrital.
- Buscar a remuneração pelos serviços públicos e ambientais prestados com base nas atividades do serviço de limpeza e nos indicadores da contribuição para o meio ambiente. Somando todos os valores dos serviços e a venda dos materiais, estaremos no caminho correto para a sustentabilidade social, ambiental e econômica da profissão de catador como um agente válido e histórico da gestão de resíduos sólidos.
- Com relação às flutuações do mercado de materiais recicláveis, é necessário que os catadores se organizem e elaborem seus próprios processos de valor na reciclagem para alcançar uma distribuição mais igualitária dos lucros gerados na cadeia, o que, por sua vez, permitirá que as organizações de catadores e seus métodos de trabalho e de vida sejam sustentáveis. Para tal, as organizações de catadores deverão trabalhar para estabelecer canais diretos com as indústrias, aumentando o valor de venda dos materiais e obtendo qualquer outro tipo de apoio que as indústrias possam oferecer para melhorar a sustentabilidade.



foto: J. D. M. Mulford

- E para enfrentar a discriminação sofrida perante a sociedade, é necessária a aplicação de medidas de conscientização do público acerca da importante contribuição social e ambiental que os trabalhadores desempenham e acerca das dificuldades enfrentadas por eles.



Cidades Inclusivas: Lançado em 2008, o projeto Cidades Inclusivas objetiva fortalecer organizações de base (OBs) de trabalhadores pobres nas áreas de organização, análise de políticas e advocacy, para garantir que os trabalhadores informais urbanos tenham as ferramentas necessárias para serem ouvidos nos processos de planejamento urbano. Cidades Inclusivas é uma colaboração entre OBs de trabalhadores pobres, alianças internacionais de OBs e outras que dão suporte às OBs.

Para ler os relatórios de cidade, setor e globais completos, acesse inclusivocities.org/pt/emei.